

PODER

O menor ato de Bolsonaro em SP

Medição estima cerca de 12 mil pessoas na manifestação da Paulista. Em abril, ex-presidente colocou 44 mil no mesmo lugar

» VANILSON OLIVEIRA

A manifestação “Justiça já”, organizada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e pelo pastor Silas Malafaia, reuniu o menor público de apoiadores desde que ele deixou o comando do país, no final de dezembro de 2022. Estimativa do Monitor do Debate Político do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) — instituição ligada à Universidade de São Paulo — e da ONG More in Common calcula que cerca de 12,4 mil pessoas compareceram, ontem, à Avenida Paulista. A margem de erro é de 1,5 mil pessoas para mais ou para menos.

A contagem foi feita no pico do ato, às 15h40, com base em 34 imagens aéreas analisadas por inteligência artificial. Cinco imagens captadas por drone foram selecionadas para a contagem, abrangendo dois pontos de concentração na Paulista. Para comparação, na manifestação realizada em 6 de abril, em defesa da anistia aos envolvidos no 8 de Janeiro, também na Paulista, o Monitor do Debate Político contou 44,9 mil pessoas.

A diminuição de público não passou despercebida por políticos ligados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pela rede social X (antigo twitter), o líder do governo na Câmara, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), foi irônico e afirmou que a defesa da “anistia evaporou e que Bolsonaro chega ao julgamento no STF menor do que nunca. A extrema-direita perdeu apoio popular e capacidade de mobilização. O fracasso de hoje escancarou: o ciclo deles está em declínio”, frisou.

O deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) também comentou em publicação no X. “Paulista vazia no ato do Bolsonaro. O povo não aceita mais a manutenção de privilégios! Só nos últimos dias, a aliança do bolsonarismo com o centrão aprovou: aumento do número de deputados, aumento da conta de luz e, agora, ameaça aprovar o fim do descanso remunerado. O recado começa a ser dado”.

Supremo na mira

As críticas ao Supremo Tribunal Federal foram o principal tema da manifestação — Bolsonaro é réu no processo que corre na Corte por tentativa de golpe de Estado. Mas também houve críticas ao governo Lula, com menções ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e ao escândalo dos descontos irregulares de aposentadorias e pensões da Previdência Social.

Malafaia atacou a recente decisão do STF sobre a responsabilização de plataformas digitais por conteúdos ofensivos publicados por usuários. “O Supremo está legislando. Querem calar as redes sociais”,

Fotos: Miguel Schincariol/AFP



Responsável pela convocação do ato, Malafaia atacou o STF pela responsabilização das redes sociais por publicações ofensivas de usuários



Na manifestação, houve cartazes que pediam a saída de Lula e para que Trump venha “salvar” o Brasil

acusou. Com bandeiras do Brasil, de Israel e dos Estados Unidos, além de faixas com mensagens destinadas ao presidente norte-americano Donald Trump, os manifestantes concentraram-se em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp), onde um trio elétrico foi instalado para os discursos.

Bolsonaro, por sua vez, aproveitou o momento para criticar o inquérito no qual é réu, afirmando que o objetivo principal do processo é de eliminá-lo da disputa presidencial — embora esteja inelegível até 2030 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele pediu apoio dos manifestantes para

eleger 50% dos políticos da direita na Câmara dos Deputados e no Senado, nas eleições do ano que vem. “Me deem isso, que eu mudo o destino do Brasil. Nem preciso ser presidente. O Valdemar [Costa Neto, presidente do PL, partido ao qual é filiado], me manteve como presidente de honra do



Não interessa onde eu esteja, aqui ou no além. Quem estiver na liderança vai mandar mais que o presidente da República. Com essa maioria, elegemos nosso presidente do Congresso Nacional. Maioria das comissões de peso no Senado e Câmara. Nas sabatinas, decidimos quem prosseguirá”

Ex-presidente Jair Bolsonaro

PL, faremos isso por vocês. Inclusive, não interessa onde eu esteja, aqui ou no além. Quem estiver na liderança vai mandar mais que o presidente da República. Com essa maioria, elegemos nosso presidente do Congresso Nacional. Maioria das comissões de peso no Senado e

Câmara. Nas sabatinas, decidimos quem prosseguirá”, afirmou, para acrescentar:

“Não quero isso para perseguir quem quer que seja. Não quero isso para revanchismo. Quero isso pelo futuro do meu Brasil. Não tenho obsessão pelo poder”, afirmou.

Sobre a anistia aos presos e investigados pela invasão aos Três Poderes no 8 de Janeiro, Bolsonaro disse que ela é “um remédio previsto na Constituição”. Ele completou citando alguns dos presos e disse que a anistia é “o caminho da pacificação” e “um gesto de altruísmo”. Pediu, ainda, que os Três Poderes “pacifiquem o Brasil”.

“Coloquem em liberdade esses inocentes do 8 de Janeiro. Quem, porventura, quebrou alguma coisa, que pague. Não quero crer que seja vingança de uma pessoa ou de outra”, observou.

Bolsonaro afirmou que não houve tentativa de golpe, pois, segundo ele, não havia armas, apoio de instituições, nem emprego das Forças Armadas. E citou políticos, como o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, Nelson Jobim (ministro aposentado do STF), Aldo Rebelo (ex-ministro da Defesa) e o ex-presidente José Sarney, que colocaram em dúvida a articulação de uma quartelada.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho mais velho do ex-presidente, voltou a defender o indulto para o pai como uma condição para o apoio eleitoral nas próximas eleições. Um recado direto ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo — e apontado como possível candidato à Presidência, em 2026, como representante do bolsonarismo. Ele usou o discurso para destacar as realizações de Bolsonaro no mandato presidencial. afirmou que o ex-presidente, além de levar água para o Nordeste, saneou estais e salvou empresas.

“Foi um presidente que não aceitou acordos políticos, levou água para o Nordeste, criou o Pix e sempre olhou para o andar de baixo”, afirmou. O governador criticou a exclusão de Bolsonaro nas próximas eleições. “Pode-se tirar das urnas, mas nunca do coração do povo”, disse.

Participaram os deputados Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), Nikolas Ferreira (PL-MG), Gustavo Gayer (PL-GO), Zucco (PL-RS) e Bia Kicis (PL-DF), e os senadores Rogério Marinho (PL-RN), Marcos Rogério (PL-RO) e Carlos Portinho (PL-RJ). O vice-prefeito de São Paulo, Coronel Ricardo Mello Araújo (PL), marcou presença. Também compareceram, além de Tarcísio, os governadores Romeu Zema (Novo-MG, apontado como potencial candidato à Presidência em 2026), Cláudio Castro (PL-RJ) e Jorginho Mello (PL-SC). (Com Agência Estado)



ROBERTO BRANT

ELEITO COM UMA PROPOSTA DE FRENTE AMPLA PARA DERROTAR BOLSONARO, UMA VEZ ELEITO, LULA ESQUECEU IMEDIATAMENTE SUAS PROMESSAS E ESCOLHEU GOVERNAR COM SUA MINORIA

O governo está acabando antes da hora

Em poucos dias, o governo Lula sofreu derrotas arrasadoras no Parlamento. Se o nosso sistema do governo fosse o parlamentarismo, como na quase totalidade das democracias mais maduras, o governo cairia e, provavelmente, seriam convocadas novas eleições, quando o povo daria a última palavra para resolver a crise.

Acontece que esse não é o nosso sistema de governo. Sem maioria parlamentar, o Executivo não tem meios para governar, mas permanece no poder pelo tempo que lhe resta de mandato, qualquer que seja a extensão desse tempo. Essa é a regra sob a qual somos governados e, quanto a isso, não há nada a fazer. A Constituição de 1988 previu que um plebiscito seria convocado

para que o povo decidisse sobre o regime de governo. O resultado foi uma esmagadora vitória do presidencialismo.

Não devemos esquecer que a Constituição foi sendo escrita na suposição de que o sistema de governo a ser adotado seria o parlamentarismo. Mas, no momento de decidir a respeito, finalmente a maioria dos constituintes optou pela preservação do presidencialismo. Em consequência disso, temos um sistema híbrido de governo, em que o Poder Executivo depende excessivamente do Congresso para praticar atos que são próprios de gestão. Com o passar do tempo, também o Judiciário começou a invadir a esfera do Executivo, tornando o governo impotente para resolver os prin-

cipais problemas do país.

No nosso caso atual de ingovernabilidade, parte da culpa cabe, evidentemente, à organização dos Poderes. Se os futuros candidatos à Presidência tiverem mesmo a intenção de governar o país para valer, terão que, necessariamente, propor de início uma repactuação constitucional que devolva ao governo a potência necessária para enfrentar os problemas que cabe ao Estado resolver. Outra parte da culpa, no entanto, tem que ser diretamente debitada ao presidente Lula.

Em qualquer circunstância, é dever do presidente formar e conservar uma maioria parlamentar. Ninguém pode fazer isso por ele. Como nossos sistemas partidário e eleitoral não

facilitam a formação natural de maiorias pelas eleições, é obrigação do presidente abrir o governo para composições que permitam que a maioria governe. Não se trata apenas de repartição de posições, mas, também, de abertura do discurso de governo para conciliar diferenças entre os coligados. Não é o que Lula decidiu fazer.

Eleito com uma proposta de frente ampla para derrotar Bolsonaro, Lula esqueceu imediatamente suas promessas e escolheu governar com sua minoria. Anunciou um governo de alianças, mas reservou todo o núcleo de governo para o PT: Fazenda, Casa Civil, Secretaria da Presidência, Relações Institucionais, Justiça, Saúde, Educação, Desenvolvimento Social,

BNDES e Banco do Brasil. Fora desse núcleo, na periferia do governo, alojou os partidos de uma suposta base política. Ninguém enganou ninguém. Ficou claro que o governo era o governo do PT e os partidos da base nunca fingiram não ser estrangeiros neste ambiente. A ruptura e a dissolução era apenas uma questão de tempo e oportunidade.

Lula sempre foi um político de visão prática. Percebendo que governar não era mais possível, jogou todas as fichas na busca de fidelização de sua velha base popular. Criou uma espécie de Ministério da Propaganda e fez dele o eixo do governo. As velhas raposas do Congresso se assustaram e resolveram apressar o desenlace.

A fraqueza política do governo ficou exposta cruamente. Em votações críticas, o governo não alcançou sequer 100 votos na Câmara, de um total de 513. A crise fiscal, que não é visível ao homem comum, mas que é real e terá consequências em breve, prenunciava que nos próximos dois anos algo muito grave pode acontecer. Enquanto isso, governo e Congresso dançam à beira do abismo.

O governo está acabando, mas todo o nosso sistema político está também acabando junto com ele. Está difícil ter esperança porque, resumindo tudo, tomo de empréstimo os versos do poeta irlandês Yeats: “Aos melhores falta toda convicção, enquanto os piores estão cheios de uma intensidade apaixonada.”